

## Capítulo 10

### AGRICULTORES E LITERACIA: RELAÇÃO COM A INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL E VIDA QUOTIDIANA NO CENTRO LITORAL (*Por Helena Caninhas Dias*)

#### 10.1. Introdução

A realização de monografias em contextos socioculturais diversificados vem responder à opção metodológica, definida no Estudo Nacional de Literacia, de ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações de vida quotidiana e o lugar da cultura letrada na vida dos grupos em estudo. Procura-se, desta forma, desenvolver uma perspectiva de análise intensiva e qualitativa que tem por objectivo a análise das competências transversais à literacia contemporânea em contextos socioculturais particulares.

Este estudo incidirá, assim, na abordagem das competências transversais da literacia num contexto sociocultural particular – o Oeste (e, mais especificamente, na freguesia de Azueira), procurando percepção da situação de literacia/iliteracia de um grupo particular da população – os agricultores. A elaboração de um trabalho prévio sobre a aplicação de medidas agro-ambientais em Portugal<sup>1</sup>, centrado na população agrícola, viria a possibilitar este desenvolvimento posterior, traduzido na realização de uma monografia sobre as dinâmicas da relação com a literacia no grupo dos agricultores.

O nosso objectivo inicial era descortinar os condicionalismos da implementação das medidas agro-ambientais, nomeadamente no que toca às disposições dos agricultores para a implementação das mesmas, analisando os factores que podem favorecer ou bloquear a sua adopção. Ao partirmos do pressuposto de que o nível de informação utilizado na divulgação das medidas e a capacidade de os agricultores terem acesso e descodificarem as mesmas poderiam condicionar a adesão ou não às medidas, acabámos por centrar a nossa análise no estudo das competências de literacia dos agricultores.

---

<sup>1</sup> Helena Caninhas Dias, *A Aplicação das Medidas Agro-Ambientais em Portugal. O Caso dos Agricultores do Oeste*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995.

De facto, é provável que os canais de informação mobilizados na apresentação das medidas se revelem fracos veículos de transmissão, quer por não atingirem e não informarem convenientemente o agricultor, quer por se revelarem de difícil descodificação. A informação continua a ser, nos meios agrícolas, um dos principais problemas a superar, pois, para além de os agricultores permanecerem uma das classes menos formadas, são simultaneamente uma das menos informadas. Trata-se de uma situação problemática, já que, sem conhecer o funcionamento dos ecossistemas e o papel que é imposto ao agricultor na gestão e manutenção do ambiente, este é incapaz de tomar consciência das consequências das técnicas que utiliza. O que faz com que os problemas agro-ambientais sejam desprezados, considerados externos à actividade agrícola e, logo, da exclusiva responsabilidade da sociedade global.

Assim, procurámos determinar quais os canais de informação utilizados na divulgação das medidas, que efeitos práticos suscitaram, se os agricultores foram efectivamente informados, bem como detectar qual a percepção que os agricultores têm das medidas, de modo a avaliar a capacidade de descodificação do que foi transmitido.

Por outro lado, para além das estratégias e práticas de comunicação institucional, existe o problema da literacia da população agrícola. Reconhecendo-se, hoje, que a alfabetização das populações não significa linearmente o seu domínio da leitura e da escrita, é proposto o conceito de literacia como capacidade de processamento de informação escrita no trabalho, nas actividades domésticas e na comunidade. O que está, deste modo, em causa não é somente a aquisição das competências da leitura e escrita, mas o modo como estas são exercidas, face às necessidades vividas e experimentadas no dia-a-dia. Por conseguinte, é necessário avaliar as competências de literacia por relação a contextos concretos. Trata-se, assim, de todo um conjunto de capacidades, contextualizadas, definidas, individual e socialmente, pelas necessidades sentidas pelos indivíduos e pelas representações que os grupos sociais desenvolvem acerca da literacia.

Pressupõe-se que o uso de materiais escritos constitui a base de transmissão da informação necessária à resolução de determinadas tarefas para as quais será essencial convocar competências de leitura, de escrita e de cálculo.

Ora, é provável que a população agrícola, além de pouco escolarizada<sup>2</sup>, revele simultaneamente uma situação de forte iletracia, daí que tenha dificuldades adicionais na descodificação e avaliação das medidas agro-ambientais. A análise dos factores de adesão a práticas agrícolas mais sustentáveis passa, assim, pelo estudo das competências de literacia dos agricultores envolvidos, pois estas podem ter funcionado como um condicionante à adesão ou rejeição das medidas agro-ambientais. Pretende-se analisar a capacidade de o agricultor lidar com o material impresso, escrito, entendendo-se essa mesma capacidade como condição básica de autonomia de qualquer cidadão na sociedade actual.

Em suma, com este trabalho, pretendemos abordar as competências de literacia na vida quotidiana dos agricultores, ilustrando, com o exemplo concreto da relação destes com as medidas agro-ambientais, como a iliteracia deste grupo social se pode, ou não, traduzir numa diminuição da capacidade de participação na vida social, dificultando, neste caso, que os agricultores possam beneficiar do programa agrícola referido.

Segundo este objectivo, o presente estudo, que começa por referir a estratégia metodológica empreendida, estrutura-se em duas componentes principais. Numa primeira parte, procura-se analisar os contornos que assume a literacia dos agricultores na relação com as medidas agro-ambientais. Assim, começa-se por caracterizar os agricultores inquiridos, bem como as respectivas explorações, retendo-se, posteriormente, os principais problemas na informação e descodificação das medidas. Numa segunda parte, procede-se à realização de um estudo local, com vista a abordar as competências de literacia no dia-a-dia dos agricultores da freguesia da Azueira. Deste modo, após termos definido os objectivos e o percurso metodológico desta componente da análise, procede-se a uma breve caracterização da freguesia em estudo e, finalmente, elabora-se uma descrição qualitativa, a partir da observação no terreno, da relação com a literacia nas situações da vida quotidiana dos agricultores da freguesia de Azueira.

---

<sup>2</sup> O nível de instrução da maioria dos agricultores é muito baixo: 61,4% do total não têm qualquer grau de instrução (não sabem ler, nem escrever, ou sabem ler e escrever sem instrução); 34,1% apenas possuem o ensino básico elementar. Ver Aida Valadas de Lima, «Velhos e novos agricultores em Portugal», *Análise Social*, n.º 111, 1991.

A escolha da técnica do inquérito por questionário procurou responder à necessidade de obter uma caracterização sociográfica dos agricultores, tanto dos candidatos, como dos não candidatos, bem como uma caracterização das respectivas explorações agrícolas, e das práticas agrícolas privilegiadas por esses chefes de exploração. Procurámos, também, obter opiniões e declarações de comportamentos face a várias questões que consideramos elucidativas das representações e da identidade dos agricultores em estudo. O questionário incidiu ainda sobre a análise dos meios de difusão das medidas, bem como sobre a descodificação das medidas agro-ambientais. Na aplicação do questionário, tivemos o cuidado de esclarecer em pormenor todas as questões que suscitassem dúvida ao inquirido. Para além disso, registámos todos os comentários feitos ao longo da aplicação do inquérito.

Para a concretização dos objectivos definidos para a análise das competências de literacia dos agricultores na vida quotidiana desenvolvemos um estudo de caso local, centrado numa freguesia rural. Com o intuito de contextualizar o trabalho, limitámos a análise à sub-região Oeste, da região agrícola do Ribatejo Oeste. O Oeste corresponde às zonas agrárias de Torres Vedras e Caldas da Rainha, que equivalem a áreas com uma relativa homogeneidade dos sistemas produtivos agrícolas, considerando estes na sua dimensão económica e social.

O motivo desta escolha foi também condicionado pela estratégia do estudo que assenta em definir o universo a inquirir a partir da população que se candidatou às medidas agro-ambientais em 1994. O contexto específico do trabalho foi, deste modo, a população agrícola das zonas agrárias de Caldas da Rainha e da zona agrária de Torres Vedras. A selecção dos agricultores inquiridos foi determinada por amostragem. Dados os objectivos do nosso trabalho, pretendíamos obter uma amostra de agricultores composta por duas subamostras, uma de agricultores candidatos e outra de não candidatos.

A primeira subamostra foi construída a partir da listagem dos candidatos às medidas agro-ambientais de 1994, fornecida pela Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo Oeste (DRARO), restringindo-a apenas a uma medida agro-ambiental – a das fruteiras de variedades regionais. Tomando os concelhos como unidades primárias de amostragem, contabilizámos os candidatos de cada concelho, definindo a partir daqui uma amostra proporcionalmente estratificada em função dos valores registados em cada concelho (na base de um para três) e, por fim, procedemos à selecção probabilística das

unidades a inquirir. Obtivemos, assim, uma amostra estratificada de 23 agricultores candidatos.

Quanto à segunda subamostra, fixámos a sua dimensão também em 23 agricultores, neste caso não candidatos, impondo o critério de que estes deveriam pertencer à mesma região agrária, sendo, por isso, também potenciais candidatos à mesma medida das fruteiras, e mais especificamente a um concelho onde não se tivesse registado nenhuma candidatura. Restringimos, então, a amostra ao concelho de Mafra e, seguindo as informações de um informante privilegiado, escolhemos a freguesia da Azueira, dado que a quase totalidade da população se dedica à actividade agrícola, essencialmente à fruticultura, e daí serem os agricultores desta freguesia potenciais candidatos à medida agro-ambiental das fruteiras de variedade regional.

Na freguesia da Azueira aplicámos de forma aleatória 23 questionários, os mesmos que aplicámos aos agricultores candidatos, obtendo, assim, uma amostra de 46 agricultores. Para além disso, a Azueira foi, simultaneamente, a freguesia onde desenvolvemos o estudo de caso local, por observação directa e entrevista, que visa a análise da literacia dos agricultores.

Para determinar o processo de difusão das medidas agro-ambientais, analisámos o percurso seguido nessa divulgação, desde as instâncias mais gerais (IEADR, Direcção Regional Agrária, Zona Agrária, associações de agricultores) até chegarmos aos agricultores. Contactámos, deste modo, o representante do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR) que preside à unidade que assegura a gestão nacional das medidas, partindo depois para as unidades de gestão regionais, as Zonas Agrárias e para as associações locais de agricultores.

Quanto ao estudo de caso local, recorreremos à observação directa e sistemática das situações sociais pertinentes face à problemática definida, às entrevistas e conversas informais, privilegiando o contacto com os actores sociais e as situações sociais relevantes para o nosso estudo.

## **10.2. As competências de literacia dos agricultores na relação com as medidas agro-ambientais**

### *Caracterização social dos agricultores e das suas explorações agrícolas*

Os agricultores inquiridos são indivíduos com idade superior a 50 anos (61%), registando-se um número importante com idade superior a 65 anos

(28%), do sexo masculino (93%) e casados (87%), na sua maioria com um ou dois filhos (74%).

Estes agricultores são, também, indivíduos que se encontram na qualidade de chefe de exploração há já largos anos, 48% há mais de vinte anos e 26% há mais de trinta anos. Como seria de esperar, são os agricultores com idades mais avançadas que se instalaram como chefes de exploração há mais tempo. Mas é curioso verificar que os anos de permanência como chefe de exploração não se afastam muito das idades dos inquiridos, o que revela que estes iniciaram a actividade agrícola desde muito jovens.

Os agricultores em estudo são quase todos (78%) naturais do próprio local de residência, ou de concelhos muito próximos, existindo apenas três agricultores que nasceram em Lisboa. É no mesmo concelho de residência que, na quase totalidade, instalaram a sua exploração agrícola (98% dos inquiridos).

Com primeira profissão fora da actividade agrícola, apenas registámos 15% dos casos. Todos os outros tiveram por primeira profissão a agricultura. Esta primeira actividade, por sua vez, foi desenvolvida quase sempre na qualidade de trabalhador familiar sem remuneração (74% dos agricultores que trabalham desde o início na agricultura), seguindo-se a situação de trabalhador por conta de outrem, com 20%. Isto explica-se pelo facto de os agricultores em causa serem oriundos de famílias agrícolas. Tanto os pais como as mães dos agricultores inquiridos trabalham ou trabalharam na agricultura (91% dos pais e 80% das mães), exercendo essa actividade na qualidade de trabalhador por conta própria (83% dos pais, 76% das mães).

Estamos, deste modo, perante actores sociais que poderemos incluir, na sua quase globalidade, na população rural tradicional, caracterizada por um passado ligado ao meio rural, com pais, na sua totalidade, agricultores, e trajetórias profissionais ligadas à actividade agrícola. De facto, até mesmo os agricultores que não tiveram como primeira profissão a agricultura nasceram em famílias de agricultores.

Os agricultores inquiridos apresentam um fraco nível de escolaridade: 78% têm no máximo o ensino primário, destacando-se, nestes, 20% de indivíduos sem qualquer escolaridade. Estes valores são, contudo, mais significativos no grupo dos agricultores não candidatos às medidas agro-ambientais, 26% contra 13%. Regista-se, todavia, quatro indivíduos (todos candidatos às

medidas agro-ambientais) com escolaridade ao nível superior, nomeadamente cursos de engenharia agrónoma.

*Quadro 10.1: Escolaridade dos agricultores inquiridos*

Níveis de escolaridade	Candidatos		Não candidatos		Total	
	n	%	n	%	% total	% acum.
Não sabe ler/escrever	3	13	2	9	11	11
Sabe ler/escrever	0	0	4	17	9	20
Ensino primário	15	65	12	52	58	78
Ensino preparatório	1	4	4	17	11	89
Ensino secundário	0	0	1	4	2	91
Ensino superior	4	17	0	0	9	100

A situação agrava-se no caso dos cônjuges destes agricultores, pois 88% têm no máximo o ensino primário, sendo que, destes, 27% não possui qualquer escolaridade. Os agricultores são simultaneamente oriundos de famílias pouco escolarizadas: 93% dos pais dos inquiridos possuem no máximo o ensino primário (sendo que 67% não tem qualquer grau de escolaridade) e 96% das mães estão na mesma situação (76% destas sem escolaridade).

Salienta-se, também, que 76% dos chefes de exploração não têm qualquer formação profissional agrícola. Os 24% de agricultores que afirmam possuir formação profissional são os mais jovens (sendo que 55% dos agricultores com formação têm menos de 35 anos), o que se justifica se tivermos em conta que estes provavelmente estiveram envolvidos em programas de instalação de jovens agricultores, em que para se candidatarem ao subsídio têm de frequentar cursos de formação profissional agrícola.

No que toca à filiação numa associação agrícola, a situação é um pouco diferente, pois já encontramos 57% dos agricultores que se dizem membros de uma associação. Os mesmos privilegiam as associações dos concelhos de residência, ou dos concelhos mais próximos, onde, como vimos, instalaram a sua exploração.

**Quadro 10.2: Formação profissional e pertença a explorações agrícolas**

	N	%
FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA		
Sim	11	24
Não	35	76
FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRICOLA SEGUNDO AS CLASSES ETÁRIAS		
< 35	6	55
35-50	1	9
51-65	4	36
> 65	0	0
PERTENÇA A ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS		
Sim	26	57
Não	20	43
ASSOCIAÇÕES DE PERTENÇA		
Associações Locais	22	85
Outras Associações	4	15

A quase totalidade das explorações agrícolas são explorações de tipo singular embora cinco explorações sejam associações familiares, constituídas, maioritariamente, pelo responsável pela exploração e o respectivo cônjuge.

Tendo em conta a totalidade das 46 explorações, 58% dos agricultores teve acesso à sua propriedade por herança ou dote; 20% dos agricultores por atribuição; e 22% dos inquiridos comprou a sua terra.

Na tentativa de proceder à distribuição das explorações em função das grandes classes de áreas, verifica-se que a classe de área mais representada, em número de explorações, é a classe de 4 a 50 ha, com 69 %, correspondendo a explorações médias. Quanto às explorações muito pequenas (menos de 1 ha) e pequenas (1 a 4 ha) aparecem representadas apenas com 7% e 20% respectivamente. A classe das grandes explorações, com áreas superiores a 50 ha, está minoritariamente representada com apenas duas explorações.

**Quadro 10.3: Distribuição dos agricultores por classes de superfície agrícola útil**

	CLASSES DE ÁREA	N	%
Muito Pequenas	Até 1 ha	3	7
Pequenas	1 - 4	9	20
Médias	4 - 50	33	72
Grandes	+ 50 ha	1	2

A distribuição das explorações por classes de superfície agrícola útil (s.a.u.) revela-se muito semelhante à situação anterior, como se vê no Quadro 10.3. A importância da superfície agrícola útil na superfície total da exploração é muito acentuada, pois em 85% dos casos coincidem. Quando tal não acontece, a produção florestal ocupa o resto da exploração.

No que toca às formas de exploração, observa-se que cerca de 67% dos produtores exploram áreas agrícolas por conta própria; as terras por cedência contabilizam, por sua vez, 9%, ficando o arrendamento representado apenas em 2% da totalidade das explorações. As formas mistas têm alguma expressão, articulando tanto a conta própria com o arrendamento (cinco explorações), como a conta própria com as terras cedidas (cinco explorações).

Recorrendo a outros critérios para analisar a estratificação económica das explorações agrícolas, procurámos estruturar as formas de produção presentes em função do tipo de força de trabalho utilizada. Pretendia-se, assim, determinar que tipo de agricultura caracterizava a nossa população, isto é, se se tratava de agricultura familiar ou patronal. Recorde-se que, segundo Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes, enquanto a agricultura familiar funciona com recurso exclusivo ou principal ao trabalho da família dos chefes de exploração, a agricultura patronal recorre ao trabalho exclusivamente ou principalmente assalariado<sup>3</sup>.

Observa-se que a maioria das explorações agrícolas organiza-se de modo familiar, recorrendo quase exclusivamente ao trabalho familiar. Apesar de metade dos agricultores (vinte e três) estarem na situação de patrões, apenas sete explorações recorrem a trabalhadores assalariados permanentes. Por sua vez, vinte e duas explorações recorrem ao trabalho assalariado eventual, sem carácter de continuidade, empregando uma média de dois ou três trabalhadores por exploração, que possivelmente o fazem em épocas de maior trabalho, quando as tarefas agrícolas o exigem. Quanto às explorações com recurso ao trabalho familiar, trinta e sete das quarenta e seis explorações utilizam essencialmente trabalho familiar não remunerado, efectuado sobretudo pelos cônjuges e secundariamente pelos filhos.

---

<sup>3</sup> Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes, «Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa», *Análise Social*, n.º 75, 1983.

**Quadro 10.4: Formas de produção**

EXPLORAÇÃO TIPO	N	%
FAMILIAR	23	50
SEMI-FAMILIAR	16	35
PATRONAL	7	15

Temos, assim, um conjunto de 50% de explorações de tipo familiar, 15% das explorações de tipo patronal e 35% das explorações numa situação, intermédia, de agricultura semifamiliar, correspondendo estas a explorações que têm por base o trabalho familiar mas que recorrem também a trabalhadores assalariados.

Tomando agora como referência a participação do agricultor no trabalho agrícola, procurou-se distribuir os inquiridos segundo um conjunto de perfis-tipo de agricultores: os que trabalham exclusivamente na exploração agrícola e os duplo-activos, que têm simultaneamente outra profissão. Temos, assim, 85% do total de agricultores que trabalham apenas na exploração, ao passo que 15% dos agricultores são duplo-activos. Não obstante, a quase totalidade dos inquiridos, 96%, tem o trabalho agrícola por actividade principal, incluindo 71% dos duplo-activos.

Para além de analisar a conciliação, por parte do chefe de exploração, da actividade agrícola com outras actividades, interessa observar a diversificação das fontes de rendimento dos titulares das explorações. Daí que passemos à análise das fontes do rendimento dos agricultores, para ver se estamos, ou não, perante situações de plurirrendimento. Verifica-se que 93% do total das explorações agrícolas pertencem a produtores cujo principal meio de vida é a actividade na exploração. Os restantes 7% dividem-se entre outras actividades remuneradas (dois casos) e outros rendimentos. Considerando outras fontes de rendimento, nomeadamente o trabalho assalariado dos cônjuges dos inquiridos, e a posse de pensões ou subsídios, observamos que o rendimento se confina quase globalmente à exploração agrícola, já que apenas quatro cônjuges de agricultores têm outra profissão fora da agricultura.

Analisando, agora, o tipo de produção das explorações em estudo, destaca-se, como seria de esperar, dada a região agrária a que pertencem, o domínio da fruticultura, com 96% das explorações a dedicarem-se a este tipo

de cultura. De facto, vinte e três agricultores ocupam a totalidade da sua s.a.u. com esta produção, onze ocupam entre 75% a 100%, e sete de 50% a 75%, sendo a produção resultante totalmente destinada ao mercado.

O segundo tipo de produção mais significativa, na nossa amostra, é a vinha, produção, também ela, consagrada ao mercado. Assim, em dezassete das vinte explorações, a proporção da superfície vinícola dedicada à vinha atinge 75% da superfície agrícola útil.

Por sua vez, os inquiridos dedicam-se muito pouco à produção animal, já que apenas dois agricultores têm gado bovino, dois gado ovino, seis gado suíno, sete têm aves e seis têm coelhos. Como não é de estranhar, a maioria desta produção destina-se ao autoconsumo.

Para a abordagem da organização económica das explorações privilegia-remos a análise do material das mesmas – equipamento e maquinaria – bem como da respectiva organização da contabilidade.

No que toca à maquinaria das explorações, 78% dos agricultores possui pelo menos um tractor, havendo casos de agricultores (cinco) com três tractores. Da mesma forma, 50% dos agricultores têm um motocultivador e 59% têm material de irrigação. Apenas dois agricultores declaram possuir ceifeiras debulhadoras, dois agricultores têm material de drenagem e nenhum inquirido afirma possuir cadeia de distribuição de alimentos para animais.

Quanto ao equipamento, 83% dos agricultores afirmam possuir armazéns, enquanto 26% dos agricultores têm adegas, 20% estábulos, 9% lagares e 7% estufas. Tanto a maquinaria existente como o equipamento justificam-se se tivermos em consideração os tipos de produção predominantes nas explorações em estudo (a fruticultura e, secundariamente, a vinha) e o peso pouco significativo da produção animal, da cultura de oliveira, da cultura cerealífera e da produção sob coberto.

Por último, 52% dos agricultores declaram possuir contabilidade organizada, situação contudo mais frequente no caso dos agricultores candidatos às medidas agro-ambientais (dezasseis candidatos, contra oito agricultores não candidatos).

Relativamente ao consumo de produtos de tipo industrial, a totalidade dos agricultores utiliza adubos químicos e 96% recorrem a produtos químicos (herbicidas e pesticidas). Não obstante, os agricultores em estudo não

deixam de utilizar adubos naturais, 83% do total. Em contrapartida, só três candidatos afirmam recorrer a técnicas de luta biológica ou a tecnologias alternativas, sendo que a quase totalidade dos inquiridos não tem conhecimento desta prática agrícola.

*Quadro 10.5: Organização da contabilidade nas explorações*

CONTABILIDADE ORGANIZADA	Candidatos		Não candidatos		Total	
	n	%	n	%	Total	%
Sim	16	70	8	35	24	52
Não	7	30	15	65	22	48

Os factores determinantes na escolha da produção que os inquiridos efectuam são principalmente dois: “os produtos que se dão na região/as produções que se adaptam ao terreno” e os preços do mercado. Numa segunda instância, três agricultores são, ainda, influenciados, secundariamente, pelas ajudas que o Estado dá para tal produção, e apenas um candidato tem em atenção, também, o estado dos solos. Os inquiridos não consideram, na escolha da produção que efectuam, os riscos para o meio natural, nem se preocupam em alternar as culturas que produzem.

Resulta claro que os agricultores inquiridos, tanto os candidatos como os não candidatos às medidas agro-ambientais, estão muito mais motivados para “a produção do que lhe garante rendimento”, do que para “a produção que assegure a preservação do meio ambiente”.

*A difusão e a descodificação das medidas agro-ambientais: que problemas para o agricultor?*

Numa primeira instância, procurámos determinar em que medida a difusão e/ou a descodificação das medidas agro-ambientais podem ter sido entraves a uma plena adesão/aceitação das medidas pela totalidade da população agrícola abrangida.

De facto, pretendíamos avaliar os contornos que assume a literacia da população agrícola, no caso concreto da relação com as medidas agro-ambientais.

Na nossa opinião, é provável que os meios de difusão utilizados não tenham sido adequados, quer por não atingirem todos os indivíduos a que se

referem, quer por não informarem convenientemente os agricultores sobre o que lhes era de facto proposto.

Sendo assim, pretendemos detectar como foram informados os agricultores, e como foi processada a divulgação das medidas, seguindo o seu percurso, isto é, partindo das instâncias mais gerais – Direcções e Zonas Agrárias, Associações de Agricultores – até aos próprios agricultores considerados individualmente.

*Quadro 10.6: Meios de difusão das medidas agro-ambientais segundo a pertença a associações*

Meios de difusão das Medidas Agro-ambientais	Pertença a associações agrícolas		Total linha
	Sim	Não	
Serviços Ministério Agricultura	2	2	4 17%
Associações de agricultores	11	2	13 57%
Outros agricultores	0	4	4 17%
Meios de comunicação social	0	1	1 4%
Diário da República	0	1	1 4%
Jornal oficial das comunidades	0	0	0 0%
Total em coluna	13 57%	10 44%	23 100%

Como nos foi informado pelo engenheiro responsável pela implementação das medidas agro-ambientais em Portugal, a divulgação das medidas foi feita por meio de Portarias, de panfletos enviados às Direcções Regionais Agrárias do país, de notícias na televisão e no Boletim Agrário do Ministério da Agricultura. Procedeu-se à publicação de anúncios em jornais regionais e à publicação de um livro detalhado sobre as medidas que foi enviado às

Direcções Regionais Agrárias, a todas as entidades envolvidas, bem como a alguns agricultores “mais modernos”. Finalmente, a informação circulou, também, nalgumas feiras onde existem bancadas do Ministério da Agricultura e na Feira Anual da Agricultura.

Daqui, a transmissão das medidas passa para as Zonas Agrárias que, segundo a responsável das medidas agro-ambientais da Zona de Torres Vedras, são apenas um ponto de passagem, pois a divulgação dessas medidas passa a ser da responsabilidade das Associações de Agricultores. Assim, como nos foi informado, as candidaturas e a divulgação das medidas partem do Ministério, as Zonas Agrárias reúnem-se depois com as Associações de Agricultores e divulgam toda a legislação. Estas, por sua vez, encarregam-se das candidaturas: divulgam toda a informação, asseguram o preenchimento dos formulários necessários, recolhem-nos e reenviam-nos para a Zona Agrária que, por fim, os manda para a Direcção Agrária da respectiva região.

No caso concreto dos nossos inquiridos, como foi efectivamente processada a divulgação das medidas?

Foram de facto as Associações de Agricultores os principais veículos de informação para 57% dos agricultores candidatos, tratando-se na sua maioria de agricultores filiados numa associação agrícola, onze dos treze casos. Para os restantes dez candidatos, os canais de informação privilegiados dividem-se principalmente entre os serviços do Ministério da Agricultura e a informação dada por outros agricultores, quatro para cada caso. Apenas dois agricultores foram informados pela comunicação social ou pelo “Diário da República”. Destes dez agricultores candidatos, apenas dois pertencem a associações agrícolas.

No entanto, é curioso verificar que nenhum agricultor não candidato teve conhecimento, ou “ouviu falar” das medidas agro-ambientais. Nem mesmo os treze agricultores filiados nas associações locais.

Até que ponto podemos então falar de agricultores não candidatos, se estamos perante agricultores que nunca ouviram falar das medidas e dos quais não podemos avaliar, à partida, a sua efectiva atitude para com as medidas agro-ambientais?

Ora, como nos foi dado saber, entrevistando elementos das duas associações de agricultores existentes na própria freguesia dos agricultores não candidatos, não houve, por parte dessas associações, qualquer divulgação das

medidas agro-ambientais. Foi-nos informado, nessas associações, que quando existem “programas de atribuição de subsídios”, as zonas agrárias “às vezes comunicam” para estas associações de agricultores e as mesmas encarregam-se de divulgar esses programas na Assembleia Geral e afixando a informação nos placares. No caso concreto das medidas agro-ambientais, dizem-nos as entrevistadas que “não foi feita divulgação aos agricultores porque não se sabe de nada”, “talvez se informassem nas zonas agrárias, ou só se ouviram na rádio”. Concluem “como no arranque da vinha, na maior parte das vezes os agricultores já vêm informados, quem precisa vai à procura de quem lhe ensine”, e “o mais esclarecido é sempre o que concorre aos subsídios”.

O facto leva-nos a pensar na informação, neste caso insuficiente, como um obstáculo à candidatura destes agricultores e, logo, a pôr a hipótese de este ser um factor de bloqueamento de adesão às medidas agro-ambientais.

Outro problema na difusão destas medidas, que pudemos detectar, reside na descodificação do que é transmitido. Procedendo à análise da percepção e do significado que os agricultores tinham das medidas, bem como acerca dos objectivos preconizados pelas mesmas, pudemos avançar com as seguintes conclusões.

Interessa desde já deixar claro, que para todos os agricultores candidatos, as medidas agro-ambientais traduzem um programa sem ideias claras e definidas. Quanto aos objectivos pretendidos pela UE, com estas medidas, são para 78% a protecção e preservação do meio ambiente, logo seguido da produção de alimentos de melhor qualidade (70%). Simultaneamente, estas medidas têm por objectivo, para estes agricultores, reduzir a produção agrícola (61%), lutar contra a produção excessiva (57%), e diversificar a produção agrícola (43%). Por outro lado, 57% dos agricultores são de opinião que as medidas não visam aumentar os preços do mercado ou, para 52% dos agricultores, reduzir os custos de produção da agricultura.

Em suma, para 65% dos agricultores estas medidas não os pretendem ajudar.

Como entender, então, que estes agricultores afirmem ter aderido às medidas agro-ambientais, principalmente, para aumentar os seus rendimentos por meio de uma ajuda suplementar (83%), bem como para compensar a perda dos seus rendimentos (78%)? Apesar de a preservação da natureza e o combate aos exageros no uso de adubos e pesticidas químicos serem moti-

vos de adesão para 78% e 74%, respectivamente, dos candidatos, 65% fizeram-no para aumentar os seus rendimentos, 61% para aumentar a sua produção agrícola, 61% para evitar a diminuição da sua produção agrícola e os mesmos 61% para evitar o abandono das suas terras.

Estamos, assim, perante agricultores que dizem preocupar-se com o meio ambiente, daí que afirmem ter aderido a estas medidas para de facto pôr em prática uma actividade agrícola mais em conformidade com as suas convicções. Contudo, são esses mesmos agricultores que referem utilizar, nas suas explorações, adubos químicos, pesticidas e herbicidas, que afirmam agora, na sua quase totalidade (91%), que o contrato que celebraram, ao aderir às medidas agro-ambientais, não significou (ou significará) nenhuma modificação das suas práticas agrícolas.

Ora, recorde-se que estes agricultores afirmam determinar a escolha da sua produção pela produtividade e pelo rendimento que possam obter. Optam, pois, por dedicar-se a produtos que se dão na região, que se adaptam convenientemente aos terrenos, e guiam-se, também, essencialmente, pelos preços praticados no mercado.

Assim, ao candidatar-se às medidas, estes agricultores não podem deixar, como vimos, de se mostrar preocupados com o seu rendimento e, até mesmo, de revelar o interesse no aspecto financeiro das medidas, traduzido na obtenção do subsídio.

Como nos informou o responsável pela implementação das medidas agro-ambientais, “apesar de estas medidas se traduzirem num serviço prestado à colectividade, por isso se concedem subsídios, algumas associações não divulgaram correctamente esse objectivo, daí que os agricultores interpretassem as medidas agro-ambientais como mais uma medida, como outra qualquer, isto é, mais um subsídio”.

Foi o que pudemos confirmar, se tivermos em conta que a informação recolhida ao aplicarmos os inquéritos nos levou a concluir que grande parte dos candidatos às medidas agro-ambientais não tinha qualquer conhecimento e consciência do programa em que estava envolvido. De facto, ao questionarmos os agricultores acerca do meio de informação que lhes tinha possibilitado o conhecimento das medidas, muitos deles respondiam não as conhecer. O que foi contrariado ao perguntarmos como tinham tido conhe-

cimento do “tal programa que dava subsídios para as árvores de frutos” (como eles o denominavam).

Verificamos, deste modo, haver, até mesmo no caso dos agricultores candidatos, um problema de informação, tanto ao nível da própria existência das medidas, como ao nível do entendimento do seu significado.

Novamente está em causa o sentido e as implicações da distinção candidatos/não candidatos, pois se, como vimos, não tem sentido apelidarmos de não candidatos indivíduos que não conhecem as medidas, estamos agora a catalogar de candidatos agricultores que não conhecem, efectivamente, tanto quanto os não candidatos, o programa em que estão envolvidos.

Por outro lado, e apesar de termos tido o cuidado de formular as questões tendo em conta a população a inquirir, verificamos que os agricultores, quer os candidatos, quer os não candidatos, dificilmente descodificavam o que lhes era perguntado nos inquéritos. Palavras como poluição, monocultura, policultura, diversidade biológica, expressões como preservar a natureza, e até mesmo o termo *meio ambiente* (só conheciam a palavra *natureza*), são termos com os quais a maioria dos agricultores não está familiarizada.

Os agricultores têm ainda, justamente, representações muito específicas da relação agricultura/natureza, daí que não tenham assimilado ainda o próprio conceito de meio ambiente nem a consciência de que a actividade agrícola pode originar problemas ambientais. Assim, é como se percepcionassem os problemas agro-ambientais “do lado de fora”, isto é, enquanto problemas a que são alheios, porque não são da sua responsabilidade.

Deste modo, podemos concluir que tanto os candidatos como os não candidatos às medidas agro-ambientais estiveram confrontados com um programa que, por um lado, não chegou a atingir muitos deles, e, por outro, não descodificaram ou do qual não entenderam os objectivos.

Também no que toca aos aspectos práticos das candidaturas, essencialmente os meios de informação mobilizados na divulgação das medidas, bem como o acesso às mesmas, traduzido num difícil processo burocrático, as posições são unânimes. Quase todos (91%) os inquiridos afirmam que as informações que tiveram sobre as medidas agro-ambientais são confusas e incompletas e 87% tiveram pouca informação sobre as candidaturas. Também para 87% dos inquiridos o processo burocrático das candidaturas é difícil e 74% sentiram dificuldades no acesso às candidaturas.

Na verdade, a população agrícola vê ainda hoje a sua participação na vida social muito limitada dado o fraco nível de escolarização e de formação que predomina no seu meio. Assim sendo, é provável que, apesar de a informação ter sido um factor condicionante à adesão/rejeição das medidas, o tipo de descodificação se tenha traduzido, também, num potencial obstáculo à adesão e efectiva implementação das medidas agro-ambientais.

### 10.3. A literacia no quotidiano dos agricultores: estudo de um caso

#### *Observação das relações com os materiais escritos*

Partindo do pressuposto de que a falta de domínio da leitura e da escrita diminui a capacidade de participação do agricultor na vida social, colocamos a hipótese de que esta “limitação” possa ter condicionado a não-adesão dos agricultores às medidas agro-ambientais. Daí que a análise do grau dessa capacidade de participação na sociedade, traduzida na avaliação da literacia dos agricultores não candidatos, seja essencial para o estudo dos factores inerentes à rejeição das medidas agro-ambientais.

Trata-se, deste modo, e de acordo com as concepções de literacia presentes neste estudo, de avaliar o uso de informação escrita e impressa que permita funcionar em sociedade, concretizar objectivos e desenvolver conhecimentos; isto é, de analisar as capacidades dos agricultores no processamento da informação necessária ao uso de materiais escritos usualmente utilizados nas actividades domésticas, no trabalho e na comunidade.

Daí que, segundo esta perspectiva, se pense que o agricultor, para além de não ter tido acesso à informação necessária para se candidatar às medidas, tenha tido dificuldade no entendimento do que lhe era proposto, bem como tenha sido incapaz de concretizar a sua candidatura pelas dificuldades da sua relação com material escrito.

O nosso objectivo, na realização do estudo monográfico local, foi o de apreender as dinâmicas sociais da literacia, no caso concreto dos agricultores, orientando o nosso trabalho para as relações estabelecidas com o material escrito. Em suma, pretendeu-se ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações da vida quotidiana e o lugar da cultura letrada no grupo dos agricultores.

De acordo com a perspectiva geral desenvolvida pelo Estudo Nacional de Literacia, esta deve ser encarada numa perspectiva multidimensional,

reconhecendo a multiplicidade de competências e de contextos. Daí que se abarquem três dimensões fundamentais: a literacia em prosa, a literacia documental e a literacia quantitativa. Além disso, para entender e distinguir as capacidades de utilizar informação escrita necessária em diferentes domínios da vida adulta, a análise incide sobre competências mobilizadas em três aspectos da vida quotidiana: a vida profissional, a vida pessoal e a vida cívica.

A pesquisa orientou-se para a apreensão das relações estabelecidas com diversos tipos de tarefas ou situações em cada uma das dimensões da vida de todos os dias, abrangendo, assim, a leitura em prosa (artigos de jornais, revistas e livros), uso de informação contida em documentos (etiquetas, formulários, gráficos, impressos) e uso de operações numéricas partindo da informação localizada em material impresso (contas bancárias, uso de cheques, anúncios com preçários).

Procurámos, por um lado, abordar algumas instituições com papel relevante no contexto da freguesia em geral e das relações com a literacia em particular e, por outro, estabelecer contacto com a vivência quotidiana, profissional, social e cívica de alguns agricultores, com o intuito de penetrar na rede de relações estabelecidas com a literacia.

Daí que os locais de observação privilegiados se centrassem nos locais de encontro quotidiano dos agricultores: o campo, a casa, o café, as principais instituições da freguesia.

A pesquisa desenvolveu-se, deste modo, por um lado, através da conversa informal, o ouvir opiniões, ideias sobre o dia-o-dia da aldeia e dos agricultores, na sua relação com o material escrito; por outro lado, através da observação de comportamentos, reacções, modos de fazer, de dizer, nos domínios do doméstico, do profissional e do lazer. Tendo em vista este objectivo sistematizou-se uma grelha de observação e de registo, segundo a qual se conduziram conversas que, apesar de informais, eram preparadas antecipadamente; e onde se registaram os dados essenciais das conversas e percepções efectuadas.

Privilegiou-se a estadia e observação do lugar do Livramento, dado ser o local da Azueira onde se concentram as principais instituições da freguesia.

Obtivemos, deste modo, um conjunto de representações dos agricultores sobre eles próprios e sobre os que os rodeiam, representações essas que os mesmos protagonizam no seu modo de vida e na sua relação com a escrita.

Tivemos, contudo, dificuldade em observar directamente as situações concretas e quotidianas das relações com a literacia, dado o fraco relacionamento dos actores sociais em estudo com o material escrito no seu dia-a-dia, tanto no trabalho como no lazer.

Assim, as situações em que pudemos observar a relação do agricultor com a escrita resumiram-se à frequência dos cafés e das associações locais existentes, traduzida na consulta de jornais disponíveis nesses locais. Essa observação restringiu-se, principalmente, ao período do almoço, após o qual alguns agricultores vêm beber café e ler o jornal. A abordagem era limitada ainda pelo facto de os agricultores terem muito pouca disponibilidade. Os agricultores que trabalham e vivem só da agricultura têm horários muito tardios e raramente frequentam cafés ou as associações locais, daí que, quando não estão na exploração, vão vender ao mercado.

Tivemos, contudo, o privilégio de poder permanecer numa loja de material agrícola – onde alguns agricultores costumam encontrar-se e conversar entre si e com a responsável pela loja – observando as conversas que aí se mantinham e as atitudes dos agricultores perante a compra de produtos agrícolas.

Também pudemos contactar com bastantes agricultores – mais idosos, e reformados, que exploram apenas pequenas parcelas – no jardim público da freguesia, onde estes se costumam encontrar e conversar.

Na pretensão de entrar numa relação directa com os agricultores, habitantes da aldeia, não poderíamos deixar de ter para com eles certas obrigações. Assim, impusemo-nos por norma revelar, sempre que fosse solicitado, a nossa identidade e os propósitos da nossa presença na aldeia. Foi esse o traço dominante dos primeiros dias de permanência na aldeia, que se prolongou todavia ao longo do tempo, em que fomos constantemente abordados e sujeitos à curiosidade das pessoas.

O contacto com um informante privilegiado, na pessoa do antigo presidente da junta de freguesia, possibilitou-nos a introdução na aldeia por alguém conhecido e respeitado. Esse contacto permitiu-nos o conhecimento das principais instituições da freguesia, bem como informações detalhadas sobre toda a população agrícola da freguesia e sobre a localização das respectivas explorações agrícolas, que o próprio nos levou a visitar.

A identificação, bem como o acompanhamento inicial, proporcionaram-nos rapidamente, e de modo indirecto, conhecer os residentes e obter toda uma série de pistas necessárias ao trabalho de campo.

Toda esta informação foi crucial, não só para nos adaptarmos e integrarmos no meio, mas também para a condução da nossa observação. Passámos a dispor da possibilidade de observar as pessoas nas suas actividades quotidianas, ouvir as suas conversas rotineiras, conhecer, desta forma, o modo como se relacionam com o material escrito.

Elaborámos um diário de campo onde procurámos registar diariamente observações, reflexões metodológicas e todo o tipo de informação recolhida, como informações prestadas por outras pessoas e discursos dos agricultores em estudo.

A participação na sociedade da Azueira permitiu confrontar as palavras, atitudes, opiniões e valores com os comportamentos manifestados pelos indivíduos. Pudemos não só observar os comportamentos dos actores sociais mas ainda o próprio contexto em que eles se produzem.

Aplicámos, também, o inquérito por questionário, referente às medidas agro-ambientais, que nos possibilitou a recolha de um conjunto de reacções, comentários, atitudes e comportamentos, bem como troca de impressões em vários contextos.

Dado o papel importante que mantêm no contexto da aldeia em geral e das relações com a literacia em particular, as instituições privilegiadas na nossa análise foram: a junta de freguesia, os correios, as associações culturais e desportivas, os cafés, a casa paroquial, a casa do povo, a caixa de crédito agrícola mútuo, as cooperativas e associações agrícolas com que a maioria dos agricultores da freguesia lida, bem como as lojas de venda de material agrícola, a papelaria e o quiosque.

### *A freguesia da Azueira*

A Azueira é uma freguesia situada na zona noroeste do concelho de Maфра, distrito de Lisboa, encontrando-se a 16,7 km da sede do concelho e 12 km da estrada da Malveira. Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a Azueira foi vila e pertenceu ao antigo concelho da Azueira, extinto em 1855. Actualmente, a freguesia divide-se em Azueira de baixo, do meio e de cima (denominada Livramento), considerado este último lugar o centro

da freguesia. Para além disso, a Azueira é composta, segundo dados recenseados pelo INE, por um total de 25 lugares e casais.

Nesses locais encontramos, essencialmente, quintas e casas de habitação. É no Livramento que se localizam os principais serviços públicos que servem a totalidade da freguesia. Na verdade, o Livramento destaca-se, pelas funções que pode integrar, como um dos núcleos urbanos de maior potencial, complementando o sistema urbano principal composto pela Malveira e por Mafra.

A Azueira situa-se, assim, no limiar dos sistemas urbanos, entendidos como lugares de vida, habitação, lazer e trabalho, possuindo já uma oferta diversificada a nível de emprego, serviços e equipamentos.

Desde 1911 até aos nossos dias a Azueira registou uma população em aumento constante até 1950, passando de 2155 a 2776 habitantes, subindo na década de 80 para os 2819 habitantes, mas registando no último censo da população, de 1991, um valor inferior, 2535 habitantes.

Relativamente à distribuição da população por sexos, esta é quase simétrica, sendo o número de indivíduos do sexo masculino de 1230 e o de sexo feminino de 1305, segundo o Censo de 1991.

Como se pode avaliar a partir do Quadro 10.7, referente à distribuição da população por grupos etários, 60% da população da Azueira tem menos de 45 anos, enquanto apenas 15% da mesma tem idades superiores a 65 anos, situação que se assemelha à média nacional (14%). Assim, a distribuição etária da população da freguesia da Azueira acompanha a do concelho onde se insere, o concelho de Mafra.

No que toca à escolaridade da população desta freguesia, salienta-se uma taxa de analfabetismo de 10%, valor inferior ao do concelho, 12%, e simultaneamente, um pouco mais baixo que a média nacional, 11%. No conjunto, comparando as habilitações da população da Azueira com as do concelho de Mafra, verificamos que, mais uma vez, os valores da freguesia não se afastam significativamente dos registados para o concelho. Deste modo, a maioria da população da Azueira tem, no máximo, o ensino primário, 64%, ao passo que apenas 2% dos habitantes prosseguiram os estudos após o ensino secundário.

**Quadro 10.7: População da Azueira e de Mafra por grupos etários**

Grupo etário	Azueira		Mafra	
	N	%	N	%
0 - 14	445	18	8210	19
15 - 24	404	16	6521	15
25 - 34	331	13	6221	14
35 - 44	335	13	5820	13
45 - 54	316	12	5490	13
55 - 64	323	13	5187	12
+ 65	381	15	6282	14
Total	2535	100	43731	100

**Quadro 10.8: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por graus de ensino**

Graus de ensino	Azueira		Mafra	
	N	%	N	%
Analf. com 10 ou + anos	229	9	4592	11
Ensino Primário	1397	55	21197	48
Ensino Preparatório	321	13	5789	13
Ensino Secundário	351	14	7382	17
Ensino Médio / Superior	54	2	1432	3
Taxa de Analfab.	10.2	-	11.9	-

Quanto à actividade económica, a Azueira pertence ao conjunto das freguesias do concelho de Mafra ainda fortemente dependentes da agricultura. Justamente, o sector primário regista os mesmos 30% (contra os 14% do concelho de Mafra) que o sector secundário. Não obstante, é o sector terciário que apresenta o valor mais elevado, 40% (inferior ao do concelho, 50%), apesar de não se afastar muito do peso dos anteriores.

A distribuição dos equipamentos e serviços, de acordo com o modelo disperso de povoamento, traduz uma certa rarefacção destas estruturas na

generalidade do concelho, com excepção das concentrações urbanas mais importantes. No que toca aos serviços de educação, observando as instalações escolares, a freguesia possuía, no ano lectivo de 1990/1991, apenas um jardim-de-infância que servia um conjunto de 23 utentes. O ensino primário traduzia-se em seis escolas que no mesmo ano lectivo, serviam 173 dos 2779 alunos do concelho. Neste grupo, destacam-se os lugares do Livramento, com 69 alunos (40% do total), seguindo-se a Tourinha com 25 alunos. Quanto ao ensino secundário, a Azueira não é servida por nenhuma das escolas do concelho, nem dispõe de posto de telescola, recorrendo, essencialmente, ao equipamento do concelho limítrofe de Torres Vedras. O mesmo acontece, no caso do ensino secundário complementar, pois a escola secundária de Mafra, única escola do concelho neste grau de ensino, frequentada no ano lectivo de 1990/91 por 1329 alunos, apenas contava com 14 da freguesia da Azueira.

*Quadro 10.9: Distribuição da população da Azueira e de Mafra por sectores de actividade*

Sectores de actividade	Azueira		Mafra	
	N	%	N	%
Primário	302	30	2 412	14
Secundário	304	30	6 462	36
Terciário	404	40	8 974	50
- tipo social	82	8	2 395	13
- tipo económico	322	32	6 579	37
Total	1 010	100	17 848	100

Ao nível do equipamento de saúde, a Azueira é abrangida por uma extensão do centro de saúde de Mafra, que funciona na casa do povo, por uma clínica dentária, existindo também uma farmácia.

Quanto à assistência social que serve a freguesia, a sua actuação concretiza-se na casa do povo, no centro da terceira idade e no centro paroquial, dependendo os equipamentos instalados da administração do Centro Regional de Segurança Social de Torres Vedras.

Outro facto a apontar é que a maior concentração de equipamentos e actividades desportivas, culturais e recreativas situa-se na freguesia de Azueira,

principalmente no Livramento, tornando-o uma das freguesias mais dinâmicas do concelho de Mafra. Encontramos, assim, uma associação desportiva, uma associação musical e um rancho. A rede de serviços públicos é centralizada na sede do concelho, onde se concentra a maior parte dos equipamentos: tribunal, Polícia de Segurança Pública, serviços técnicos, Câmara Municipal, bombeiros, Guarda Nacional Republicana.

Contudo, na Azueira podemos encontrar, para além da junta de freguesia, uma estação de correios, uma “extensão” da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e um posto da Guarda Nacional Republicana. Finalmente, destaca-se que a Azueira dispõe de uma papelaria, de um quiosque e apenas de uma pequena biblioteca instalada na casa paroquial.

#### *A (i)literacia dos agricultores*

Recordando, procurámos determinar como é que os agricultores se relacionam com os materiais impressos, que usos fazem deles e que competências mobilizam no seu quotidiano pessoal, profissional e cívico. Privilegiámos, por conseguinte, a observação concreta das práticas e comportamentos, contextualizada na vivência da aldeia da Azueira, bem como a conversa informal, que nos possibilitou presenciar os discursos que os próprios habitantes, nomeadamente os agricultores, desenvolvem e as representações construídas ao nível institucional.

Um dos objectivos subjacentes era analisar até que ponto as competências de literacia dos agricultores podem ter-se traduzido em condicionante à adesão ou rejeição das medidas agro-ambientais.

Tomemos, então, a vivência pessoal quotidiana destes agricultores, analisando a sua relação com a escrita no espaço doméstico e pessoal, procurando deste modo avaliar a dimensão pessoal da literacia.

É opinião generalizada que os habitantes da Azueira, nomeadamente os agricultores, não têm hábitos de leitura e, do pouco que lêem, privilegiam os jornais locais e desportivos. “As pessoas, aqui, não se interessam pela leitura”. Como pudemos observar, e ouvir do que os agricultores dizem dos seus hábitos, a leitura limita-se “a ver, às vezes” os jornais regionais que se encontram nos cafés, tornando-se um pretexto para a frequência dos mesmos. Esses jornais são os artigos mais vendidos na papelaria: “os jornais vendidos são quase todos para cafés, e as pessoas vão ao café ler”.

A leitura de livros é rara, reflectida na fraca adesão que tem a única biblioteca da freguesia, que pertence à casa paroquial, e a inexistente venda de livros tanto na papelaria, como no quiosque.

Os argumentos apontados para a ausência de hábitos de leitura centram-se, essencialmente, no analfabetismo dos agricultores e nos poucos meios económicos que possuem. Como refere a empregada da papelaria: “as pessoas mais antigas daqui estão quase todas na agricultura; devido ao não saber ler, não aderem à leitura; as posses também têm a ver, a agricultura também não dá”. Para além disso, os agricultores acusam a falta de tempo livre, e até mesmo a preferência manifestada pela televisão, como razões devido às quais não têm hábitos de leitura.

Estes factos sublinham a importância dos jornais regionais que, juntamente com a TV e as conversas informais, são o meio que os agricultores consideram privilegiado para o acompanhamento da informação mais importante. Se são, de facto, os jornais regionais que preferencialmente despertam os interesses dos agricultores, é porque não só são um tipo de publicação mais acessível, como os conteúdos escritos sobre os quais versam são familiares a quem os lê. Trata-se, deste modo, de equacionar a questão da maior ou menor distância do agricultor em relação ao universo social dos conteúdos lidos. Isto é, o agricultor sente-se mais capaz de ler o que estes jornais lhe transmitem.

Procurando o sentido das relações com os materiais escritos, retenhamos os aspectos percebidos ao nível da vida pessoal dos agricultores. Os agricultores referem não ler nem comprar qualquer tipo de jornal. “Ali no quiosque vendem muitos jornais, mas não são os agricultores de certeza que os compram”, “andamos tão obcecados pelo trabalho que não há tempo”. Mas acrescentam: “quando vou ao café às vezes vejo o jornal”. Isto confirma o que anteriormente mencionámos, que a leitura de jornais não traduz um hábito de leitura adquirido e interiorizado pelo agricultor.

Quando querem obter qualquer informação, ou quando vão comprar alguns produtos agrícolas, os agricultores recorrem à memorização, já que não têm por hábito apontar o que precisam, nem quaisquer informações. Como refere uma agricultora, “todas as compras são sempre feitas de cabeça, aliás, tudo é feito de cabeça”.

Para além disso, os agricultores não usam agendas e raramente recorrem a recados escritos: “só o meu filho é que deixa recados, mas se der tempo avisa-se sempre, só se for de repente deixo papel”.

Os hábitos de escrita são, deste modo, raros, como concluímos da informação recolhida nos correios. “Recebemos pouca correspondência, são só mais cartas das finanças, das empresas. Poucas cartas pessoais. Pelos selos comprados, vê-se que as pessoas escrevem pouco, talvez devido ao telefone”.

No que concerne ao uso de materiais escritos de tipo documental, as informações recolhidas na junta de freguesia, na casa do povo, nos correios, são concordantes em como o agricultor tem muita dificuldade em lidar com formulários e impressos, o que se traduz numa falta de autonomia no preenchimento dos mesmos. Como salientou a funcionária dos correios, “as pessoas não sabem onde pôr remetente e destinatário”.

Assim, é usual nas várias instituições da freguesia serem as funcionárias a preencher os formulários. “Eles até já vêm assinados, nós é só preencher o papel”. Chegam mesmo ao ponto, como observámos, quando a funcionária está muito ocupada e não os pode atender, de ir embora e remeter o que têm de resolver para o dia seguinte, só para não terem de preencher sozinhos os papéis. Esta relação com o material escrito, traduzida em documentos é, assim, uma relação de dependência pela necessidade de recorrer a terceiros.

Por sua vez, no que toca à relação com o elemento quantitativo em materiais escritos, ela limita-se a aspectos de utilidade funcional estrita. Perante as dificuldades ou o desinteresse por operações mais complicadas, o agricultor adopta estratégias de cálculo específicas nas situações quotidianas com que se confronta. Como fomos informados, os agricultores não se preocupam muito com os cálculos conducentes à determinação do preço das coisas que adquirem ou têm de pagar. “Não estão interessados em calcular o valor do que compram, só perguntam quanto é que custa”. Por outro lado, não sabem calcular impostos, pagando consoante o que lhes é informado. Para efectuar pagamentos, nomeadamente da água e da luz, recorrem aos correios, pagando sempre em numerário e raramente em cheque. Lidam razoavelmente com os depósitos de dinheiro, “pois já trazem alguns papéis preenchidos e copiam; quando não sabem perguntam”. Quando se trata de calcular aplicações de dinheiro, ou contabilizar o valor do IVA, novamente recorrem ao auxílio de outrem.

Na verdade, de um modo ou de outro, os agricultores resolvem as situações, por vezes eles próprios “quando já estão habituados”, ou com o recurso a outras pessoas, nomeadamente funcionários das instituições (correios, bancos, junta, casa do povo) ou pessoas conhecidas.

Outro aspecto que é importante salientar é a importância da oralidade na comunicação e circulação da informação na vida pessoal deste grupo. Como nos referiu a funcionária da casa do povo, as pessoas estão informadas, “ouvem muita TV, é aí que sabem das informações, do que podem usufruir; para além disso, afixo material, informações, mas é mais por meio verbal, não ligam a papéis, gostam mais de ouvir, por isso ouvem a TV ou a rádio, ouvem falar das coisas principalmente através das outras pessoas”.

Esta oralidade, enquanto veículo de transmissão e construção de saber, não se limita à comunicação verbal, mas faz parte da vida quotidiana dos agricultores. Este grupo social desenvolve, assim, um conjunto de práticas de apropriação do real que traduzem uma forma de o entender, gerando um saber localmente produzido.

Mas estão os agricultores de facto a par da informação que circula, essencialmente da que circula de forma escrita?

Como nos disseram os agricultores, a comunicação oral é a única forma de saberem das coisas: “na terra, a comunicação é a falar uns com os outros”. Em vários planos da vida quotidiana, nomeadamente no trabalho e na vida cívica, este é para os agricultores o único modo, em detrimento do institucional, de se manterem informados e saberem do que podem usufruir. O que é visível nas palavras de uma agricultora que se refere às cooperativas: “lá não nos ensinam nada, só dizem como estão as coisas; se houver algum subsídio para concorrer nunca sabemos de nada, somos sempre os últimos a saber”, “só uns com os outros é que ficamos a saber”.

No que toca à dimensão cívica, e como salientámos, existem muitas associações na freguesia da Azueira, desde associações de solidariedade social e associações religiosas, a associações recreativas e culturais.

As opiniões acerca das associações dividem-se. Para alguns habitantes as associações têm bastante adesão, para outros as pessoas “espalham-se” pelas várias associações, sem qualquer relacionamento entre elas. Como refere uma funcionária do Sporting Clube do Livramento: “depois há outras associações e os habitantes estão todos divididos, é a música, o rancho, o desporto, e a

terceira idade, e só se juntam todos nos festejos”. Como todos os habitantes da Azueira, “os agricultores também participam bastante nas associações”.

Em suma, existe uma boa aceitação de todas as associações por parte da população, principalmente a casa paroquial e a associação desportiva, que exploram bares, muito frequentados pela povoação da Azueira. É geralmente nestes bares que os habitantes da freguesia, nomeadamente os agricultores, costumam beber “a bica” após o almoço, tendo por hábito ler os vários jornais de que as associações dispõem diariamente, jornais esses, como referimos, de tipo regional ou desportivo.

As informações recolhidas permitiram-nos concluir que, também nestas associações, toda a comunicação é por via oral, existindo uma ou outra informação que é afixada. Como elucidam as palavras da funcionária do clube desportivo, “a comunicação com sócios é feita, principalmente, por meio de Assembleias Gerais, é aí que se informam os sócios. Também são enviados comunicados por carta e editais e as datas das reuniões são afixadas no placar. As pessoas costumam perguntar quando querem ser informadas”.

Da mesma forma, o relacionamento com a junta de freguesia reafirma o predomínio da oralidade, também na vida cívica do agricultor. A divulgação da informação concretiza-se, essencialmente, em cartazes afixados no exterior do edifício e em anúncios lidos pelo pároco na missa. Porém, como nos informou a funcionária da junta, “as pessoas queixam-se de que não têm conhecimento das coisas, pois só lêem às vezes o que pomos no placar. Ouvem falar das coisas principalmente através das outras pessoas”.

Como nos foi informado nas instituições abordadas, e à semelhança do que já foi afirmado ao nível da dimensão pessoal da literacia, todo e qualquer preenchimento de formulários, que se revele de difícil compreensão, é feito pelos funcionários das respectivas instituições. É o caso da associação desportiva em que “quando se fazem sócios, eles é que geralmente preenchem os formulários, pois são fichas simples de entender e preencher, quando não sabem escrever alguém os preenche, eles não têm dificuldades em pedir”. Até mesmo nos assuntos da casa paroquial, concretamente nos registos de casamento e baptismo, a responsabilidade é da igreja: “tratamos de tudo, eles só preenchem o nome dos filhos. Todo o papel burocrático é a igreja que trata”.

Para a análise da dimensão profissional da literacia, partimos do princípio de que o desenvolvimento das competências envolvidas, nomeadamente

a relação com impressos, depende do uso que delas se faz. Justamente, os agricultores são de opinião que o recurso aos materiais escritos, no seu quotidiano profissional, é quase inexistente e até mesmo desnecessário. Para além disso, é dado adquirido pelos agricultores que a sua profissão não requer muitos conhecimentos escolares, nem grandes capacidades de processamento da informação escrita: “tenho a quarta classe, não é preciso mais que isso para a actividade do campo; se se tiver mais estudos, sabe-se melhor falar; dentro do campo, para apanhar a fruta não é preciso”. O saber que lhes é exigido é essencialmente um saber criado pela experiência do próprio trabalho na actividade agrícola. As palavras de uma agricultora traduzem este facto: “os cursos ajudam as pessoas que possam tirá-los, pelo menos aqueles que não sabem nada do campo... e quando não sabem é importante aprender; mas a gente aprendeu com o tempo e com a experiência e nós é que sabemos”.

Mas quando se trata de recorrer a cálculos, à contabilidade e a burocracias, reconhecem a sua limitação, e mais uma vez recorrem à ajuda de terceiros, ou “a uma pessoa para lhe fazer a escrita”.

Na verdade, apesar de a maioria dos agricultores com quem conversámos referir não ter contabilidade organizada, os mesmos afirmaram recorrer às instituições (caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo) ou às associações e cooperativas agrícolas para tratar das suas “papeladas” e “contas”. Como refere uma agricultora: “quando é preciso coisas mais complicadas não há problemas, pois na Caixa facilitam bastante”.

A Caixa de Crédito Agrícola é, de facto, uma instituição importante na vida profissional do agricultor, dado ser aí que ele tem acesso à maioria das informações sobre o que pode usufruir. É também na Caixa que resolvem as suas dificuldades em lidar com impostos e cálculos, através da ajuda do “funcionário da informática que preenche tudo, eles depois só assinam”.

Como não poderia deixar de ser, a forma de comunicação predominante é a oralidade, apesar de os funcionários terem o cuidado de afixar “toda a publicidade”. Muitos dos agricultores chegam mesmo “a receber papéis em casa e vêm aqui sem saber o que vêm fazer, nós é que temos de explicar tudo”.

Por outro lado, também detectámos a pouca informação no que toca às próprias práticas agrícolas, nomeadamente os produtos mais adequados a aplicar, as quantidades a utilizar, a leitura e entendimento dos rótulos. De facto, como nos foi dado saber nas duas lojas de material agrícola existentes

na Azueira, os agricultores recorrem imprescindivelmente à ajuda dos vendedores. Assim, são eles que informam acerca dos produtos a utilizar segundo a produção ou os problemas agrícolas em causa: “as pessoas pouco sabem, dizem mais ou menos o que querem, eu é que tenho de as informar, só perguntam: quero veneno para as árvores, o que é de pôr?”.

Depois, são também os vendedores que têm de explicar a utilização do produto, dado que os agricultores têm dificuldades em ler os rótulos: “perguntam como se aplica, quantos gramas, quantos decilitros, tenho de explicar bem como devem aplicar”.

Quanto à indicação dada, os agricultores raramente apontam, já que memorizam o que lhes foi dito: “eu depois ponho, por exemplo, à parte num saco o que é para as árvores, e noutro o que é para as cepas, para não se enganarem”. Ou até mesmo: “escreve-se no exterior das embalagens os números, que eles sabem ler melhor, para eles entenderem as doses recomendadas”.

Ora, podemos acrescentar que esta solução alternativa não é, necessariamente, eficaz, pois, como sabemos, ao não lerem e entenderem convenientemente os rótulos dos produtos agrícolas (nomeadamente dos pesticidas ou herbicidas), os agricultores não respeitam as normas da sua aplicação, originando problemas tanto para a sua saúde e para a dos que os rodeiam, como para a própria natureza.

Quanto aos pagamentos, a maioria dos agricultores recorre ao numerário, ou então “mandam apontar”. Raramente recorrem ao cheque e, quando o fazem, é por meio de cheques que receberam como forma de pagamento da venda dos seus produtos.

Acerca das informações respeitantes à agricultura, contactámos as associações agrícolas da região quanto ao papel que têm na divulgação da informação e dos programas agrícolas, bem como quanto à receptividade dos agricultores aos mesmos. Como nos disseram na associação de agricultores, a informação limita-se ao envio de panfletos aos sócios e à afixação de noticiários. Porém, a opinião da funcionária da associação é de que “alguns agricultores deitam para o lixo, sem ler, pois grande número não sabe ler. Os mais jovens é que procuram informação”.

No caso da adegas cooperativa, existem sócios da mesma que são simultaneamente membros da Associação de Agricultores de Mafra, onde recebem avisos com novidades que depois divulgam na cooperativa. Esta encarrega-se,

então, de fotocopiar os avisos referidos e distribuí-los aos sócios que frequentam a cooperativa e assistem às reuniões. “São os que vêm às assembleias que ficam mais esclarecidos, pois não fazemos circular nada e não há publicidade na imprensa”. Outras informações são afixadas nas portas ou nos painéis dos armazéns mas, segundo a funcionária da cooperativa, “só alguns agricultores têm interesse em ver, os outros preferem perguntar aqui no balcão”.

Perante todos estes dados, ficou um pouco mais esclarecida a especificidade da relação do agricultor com os materiais escritos. As competências de literacia na vida quotidiana destes agricultores, no âmbito do relacionamento com materiais escritos, restringe-se ao estritamente necessário. De facto, estamos perante um grupo que revela “desinteresse” pelo uso do escrito, no seio do qual a literacia não é valorizada, nem considerada essencial. Daí que, face a uma situação de frágeis competências de literacia, os agricultores mobilizem recursos alternativos.

Até que ponto, então, esta iliteracia dos agricultores, traduzida nas dificuldades em lidar com material escrito, terá condicionado a adesão às medidas agro-ambientais?

Foi possível encontrar resposta a esta questão nas opiniões dos nossos entrevistados. A ideia de que a limitação dos agricultores perante o relacionamento com o material documental se traduz em condicionalismos de participação dos agricultores em programas agrícolas, surgiu nas palavras de uma funcionária da cooperativa agrícola da freguesia: “os agricultores têm dificuldades em lidar com papéis, há muita burocracia, daí que percam muitas oportunidades de subsídios”.

Ora, como vimos, os agricultores candidatos revelaram a insatisfação face aos aspectos burocráticos exigidos na candidatura às medidas agro-ambientais, traduzindo-se no elevado peso burocrático e na dificuldade do acesso às medidas.

Pode agora acrescentar-se que, apesar de não ter “impedido” a decisão dos agricultores candidatos de aderirem às medidas, os fracos níveis de literacia, traduzidos em desinteresse pelo uso do escrito, aliados à falta de formação, funcionaram como factor de desmotivação de outros agricultores, que a elas não aderiram. Agricultores que, recorde-se, já à partida revelam representações negativas acerca das políticas agrícolas.

Tanto o engenheiro responsável pela implementação das medidas em Portugal, como a funcionária que se encarrega das mesmas na zona agrária de Torres Vedras (zona que serve os agricultores não candidatos do nosso trabalho), estão convictos de que as burocracias (“apesar de poucas”) são suficientes para desmotivar os agricultores. Acrescentamos nós, é como se, independentemente do real peso da burocracia, os agricultores tivessem interiorizado um tipo de relação com papéis muito específico, que determina que, sempre que se tenha de recorrer a essa relação, o agricultor prefira manter-se afastado. É, precisamente, na nossa opinião, o que pode ter acontecido no caso das medidas agro-ambientais, em que, para além de agricultores “desinformados” estamos perante agricultores “desmotivados”.

Este facto sai reforçado se tivermos em conta, como nos foi informado pelos próprios agricultores candidatos – e confirmado pela Direcção Regional Agrária, pelas Zonas Agrárias e pelo Engenheiro do IAEDR – que, mesmo eles, não tiveram, na sua maioria, grandes preocupações com a efectivação das candidaturas. Nem, acrescentamos nós, grandes preocupações em entender para que eram as candidaturas. O que nos confirma a funcionária da Zona Agrária, “todos os papéis de candidatura foram preenchidos pelas nossas funcionárias, os agricultores só tinham de assinar”; ou as palavras de um agricultor: “eu não preenchi nada, levei as cadernetas e lá na Zona Agrária puseram-me no tal subsídio, para me darem o subsídio das frutas”.

Em suma, não queremos aqui afirmar que estivemos perante dois grupos de agricultores com graus diferentes de literacia (pois, como vimos, estaríamos provavelmente errados), mas apenas assinalar que a (i)literacia dos agricultores não candidatos, aliada à falta de informação a que estiveram sujeitos, lhes negou o acesso às medidas agro-ambientais.

#### **10.4. A título conclusivo**

Esta é, pois, a realidade com a qual nos deparámos ao abordar as competências de literacia na vida quotidiana dos agricultores do Oeste. Ao tomarmos o exemplo concreto da relação destes com as medidas agro-ambientais, pudemos observar que a iliteracia dos agricultores funcionou como um obstáculo à sua participação no programa agrícola referido.

Ao analisarmos o nível de informação utilizado na divulgação das medidas, assim como a capacidade de os agricultores descodificarem as mesmas, concluímos que os canais de informação mobilizados na apresentação das

medidas revelaram-se fracos veículos de transmissão. Se, por um lado, não informaram convenientemente os agricultores, por outro, revelaram-se de difícil decodificação.

Na verdade, se os agricultores não candidatos não tinham conhecimento das medidas, o mesmo sucedia com os próprios candidatos que, para além de desconhecerem o programa agro-ambiental em que estavam envolvidos, não entendiam o seu significado. Daí que as medidas agro-ambientais tenham acabado por se traduzir num programa que não chegou a atingir os agricultores inquiridos, tanto ao nível da informação como da decodificação e entendimento dos seus objectivos.

A abordagem dos contornos assumidos pela literacia dos agricultores, na sua relação com o programa agrícola referido, revelou as fracas competências dos agricultores, quer ao nível do acesso à informação, quer ao nível do entendimento do que lhes era proposto.

Só a posse, justamente, por parte do indivíduo, de capacidades adequadas de processamento de informação para usar materiais escritos lhe possibilitam a aquisição e tratamento deste tipo de informação, traduzindo-se na sua efectiva participação na vida cultural, social e económica da comunidade, tirando proveito das possibilidades que se lhe apresentam e de que pode usufruir.

A análise da literacia dos agricultores no seu quotidiano pessoal, cívico e profissional, reafirmou a ausência ou fragilidade de competências de literacia, o que veio confirmar as limitações já assinaladas.

Na verdade, tanto ao nível da sua vida pessoal e profissional, como ao nível cívico, o agricultor é constantemente colocado perante situações que lhe exigem mobilização de competências de literacia. Quer se trate de ler rótulos de produtos químicos, preencher documentos para as finanças, concorrer a subsídios e fundos comunitários, etc., o agricultor tem de apelar às suas capacidades de lidar com material escrito. Ora, como pudemos observar, quando é indispensável escrever, ler ou calcular, e perante dificuldades ou incapacidades a este respeito, os agricultores têm necessariamente de recorrer a diversos expedientes ou fazer apelo aos “alfabetizados” da freguesia. De um modo ou de outro, os agricultores mobilizam recursos alternativos, o que, muitas vezes, se traduz na sua dependência face a terceiros.

Até que ponto esta dependência é vivida e percebida pelos próprios agricultores como um constrangimento?

Para os próprios agricultores, a fraca escolaridade que possuem não é, segundo eles, uma limitação muito grave, já que não é uma condição indispensável ao desenvolvimento das suas actividades essenciais. De facto, a comunicação oral e o contacto face a face, que prevalece na comunidade agrícola em estudo, é, na opinião dos agricultores, suficiente nas múltiplas situações das suas vidas quotidianas, e é simultaneamente a principal fonte de informação com a qual podem contar. Como quase todos os habitantes da freguesia se conhecem, é fácil o predomínio da comunicação verbal das informações e também a rapidez da sua propagação. Deste modo, os agricultores não sentem a necessidade de saber ler e escrever, porque as suas vidas quotidianas, os seus assuntos pessoais e profissionais, segundo eles, não o exigem.

Em suma, o agricultor não dá uma importância particular ao saber ler e escrever pois o quadro de condições de existência, de valores culturais, de relações e práticas sociais do grupo a que pertence inculcou nele a ideia da pouca relevância do escrito na sua vida quotidiana.

Estamos, por conseguinte, perante um grupo social que mostra “desinteresse” pelo uso do escrito, no seio do qual se desvaloriza a literacia, o que desencadeia o recurso a estratégias alternativas em diversas situações, nas quais as frágeis competências de literacia possuídas não permitem uma relação mais autónoma, esclarecida e eficaz com a informação escrita e, por conseguinte, com recursos e oportunidades que passam, de algum modo, pela sua mediação.

É por este motivo, como vimos, que os agricultores se mantiveram “afastados” das medidas agro-ambientais, e, quanto a eles, de todo o difícil processo burocrático que o acesso às candidaturas implica.

Por outro lado, como constatámos, os agricultores não estão, de facto, ao corrente de toda a informação que circula, nomeadamente da que circula de modo escrito. De facto, a totalidade dos agricultores não candidatos às medidas agro-ambientais que abordámos deixou de participar no programa agrícola sobretudo por desconhecer a sua existência.

Assim, a (i)literacia dos agricultores condicionou duplamente a atitude dos agricultores para com o programa agrícola referido, nomeadamente ao

traduzir-se em “desinteresse pelo escrito” e “desinformação” face à informação que circula de modo impresso.

Para além dos constrangimentos que a iliteracia dos agricultores suscita, nomeadamente a situação de dependência face a terceiros, conducente à falta de autonomia, este exemplo da relação do agricultor com as medidas agro-ambientais vem confirmar uma nítida dinâmica de exclusão do agricultor em termos de participação social, na medida em que limita o acesso a um direito e benefício. Na verdade, o agricultor vive limitado e condicionado pelas carências que manifesta em lidar com material escrito, o que o posiciona numa situação de claro desfavorecimento social.